



*MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA*  
**ESTADO DO PARANÁ**

**PARECER JURÍDICO**

**INTERESSADO:** Departamento de Licitações

Foi encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação o requerimento administrativo Através de Memorando de nº 327/2022 da Secretaria Municipal de Obras solicitando abertura certame licitatório deve ocorrer a contratação de Empresa para executar a obra de construção do Conselho Tutelar de Medianeira .

O processo se encontra na fase interna no qual consta Planilha de Serviços, Cronograma Físico-Financeiro, Memorial Descritivo de Obra, Especificações dos Serviços, Projeto Arquitetônico, ARTs – Anotação de Responsabilidade Técnica.

Na oportunidade, antes de adentrar no mérito, cumpre-nos informar que, a presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Vale ressaltar que os preços estimados do objeto a serem contratados por meio da presente licitação, não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual, não será objeto de análise.

É o que há de mais relevante para relatar.

Cabe-nos, desde já, trazer à colação a aplicação das regras constitucionais que disciplinam a matéria, invocando-se, assim, dentre outros, o art. 37, XXI da CF/88:

“XI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

A modalidade de licitação – tomada de preços – é juridicamente indicada, considerando que o valor da obra é inferior a R\$ 3.300.000,00 (Lei 8.666/93, art. 23, inciso I, alínea ‘b’ e art. 1º, inciso I, alínea ‘b’ do Decreto 9412/2018).

O Edital deverá constar como a condição de participação o referido cadastro das empresas e, em caso de empresa não cadastrada, esta deverá estar em condições de sê-la até o terceiro dia útil anterior à data de recebimento das propostas.

O edital deverá respeitar os requisitos previstos no art. 27 da Lei 8666/93 no que tange a exigência de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento do disposto no

Avenida José Callegari, 647, Bairro Ipê, CEP 85 884-000 Medianeira – PR Fone (45)3264-8606



## *MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA*

### **ESTADO DO PARANÁ**

inciso XXXIII do art. 7º da CRFB/88 e Decreto Municipal 257/2021 e, ainda, os ditames do art. 40 da Lei 8666/93:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

XII - (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;



## *MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA*

### **ESTADO DO PARANÁ**

- b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
- c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
- d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
- e) exigência de seguros, quando for o caso;
- XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;
- XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;
- XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Desta forma, o edital não poderá representar ofensa ao Princípio da Legalidade. A Minuta de Contrato deverá observar todas as cláusulas necessárias, elencadas pelo Artigo 55 da Lei 8666/93, trazendo em seu bojo as cláusulas exigidas pela legislação que assim dispõe:

- Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
- I - o objeto e seus elementos característicos;
  - II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
  - III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
  - IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
  - V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
  - VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
  - VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
  - VIII - os casos de rescisão;
  - IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
  - X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
  - XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
  - XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
  - XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



## MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA

### ESTADO DO PARANÁ

§ 1º (Vetado).

§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6º do art. 32 desta Lei.

§ 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Assim, temos que o certame poderá ser engendrado sob a modalidade já referida, TOMADA DE PREÇO, possibilitando, maior agilidade ao processo licitatório, uma vez que, promoverá à participação das licitantes interessadas que atendam as exigências do instrumento convocatório acostado ao processo.

Asseverando-se que há necessidade de publicação do resumo dos editais em conformidade com o art. 21, I Lei 8666/93), inclusive em jornais locais considerando que houve a suspensão pelo Supremo Tribunal Federal da alteração legislativa que desobrigava a publicação em jornal (STF ADI 6.229), ou seja, no momento há necessidade de publicação em jornal para cumprir o art. 21 da Lei 8666/93 e do Acórdão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná Nº 3197/17 - Tribunal Pleno: *“Em razão de existir lei especial que regulamenta a publicidade no âmbito das licitações e contratos administrativos, consiste em expressa violação ao art. 21 da Lei nº 8.666/93 deixar de publicar o resumo dos editais de concorrência, tomadas de preços, concursos e leilões nos jornais locais (municipal ou regional).”* Grifo nosso.

O prazo mínimo entre a divulgação do aviso e a data marcada para entrega das propostas na tomada de preços, será de 15 (quinze) dias. Quando se tratar de tomada de preços do tipo ‘melhor técnica’ ou ‘técnica e preço’, o prazo será de 30 (trinta) dias.

Ademais, orientamos também;

- a) A licitação deve ser formalizada por meio de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, nos termos do art. 38, caput, da Lei 8.666/93;
- b) A autoridade competente deve exarar autorização em conformidade com a exigência legal do art. 7º, § 1º, da Lei 8.666/93, elaborando termo de referência;
- c) Deve ser esclarecido se as despesas geradas pelo objeto em epigrafe estão previstas na Lei Orçamentaria do Município;



*MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA*  
**ESTADO DO PARANÁ**

Por fim, em análise interna, temos que a modalidade de licitação de tomada de preços atende juridicamente o objeto a ser licitado e as determinações legais, caso assim entenda a autoridade competente, a qual deverá motivar o ato JUSTIFICANDO a necessidade do procedimento, bem como a Comissão Permanente de Licitação deve elaborar o edital observado às disposições do parecer e ainda a publicação do aviso contendo o resumo do edital também em jornal local e demais órgãos pertinentes, fazendo constar no procedimento cópia do ato de designação da Comissão Permanente de Licitação.

Medianeira, 30 de março de 2022.

Antonio Henrique Marsaro Junior

OAB/PR 28.214

Matrícula 11928-8/5